

POR UMA CULTURA ANTICAPACITISTA: RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE UMA PROFESSORA COM DEFICIÊNCIA

Prof^a Ma. Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão ¹

RESUMO

Como pessoa com deficiência e professora, observo que a minha presença neste lugar, surpreende e provoca muitas inquietações. Apesar dos últimos avanços, algumas estruturas capacitistas se mantêm sólidas, reproduzindo o preconceito e perpetuando estigmas sobre as pessoas com deficiência, o que reforça as barreiras que dificultam o exercício de direitos humanos e sociais por estas pessoas. O presente artigo tem como objetivo relatar as memórias da minha vivência num corpo com deficiência e do processo de construção da minha identidade pessoal e profissional com vistas a suscitar propostas de construção de uma cultura anticapacitista na escola, a partir da formação de professores. Como objetivos específicos, buscamos: relatar como se deu a construção da minha identidade enquanto pessoa com deficiência e profissional; evidenciar o capacitismo presente no cotidiano; e, analisar propostas que promovam uma cultura anticapacitista nas escolas. Recorro à autobiografia como recurso metodológico (Abrahão, 2004), tendo as memórias como fonte primária, com vistas a contribuir para a reflexão de outros educadores. Quando escolho a autobiografia, me apoio sobretudo em Nóvoa (1992), propondo uma reflexão sobre momentos significativos, em que se entrelaçam percursos pessoais e profissionais, e, o individual e o coletivo. Os resultados apontam que a pouca presença de pessoas com deficiência, ocupando espaços sociais minimamente relevantes, retroalimenta o ciclo do capacitismo. Para quebrar este ciclo, faz-se necessárias mudanças na formação de professores, que suscite a construção de novas práticas, tendo como base o estabelecimento de conexões reais entre pessoas/profissionais sem deficiência e pessoas/profissionais com deficiência.

Palavras-chave: Formação de professores, memórias, anticapacitismo, inclusão.

INTRODUÇÃO

Capacitismo é um termo que ganhou notoriedade na década de 80, nos Estados Unidos, a partir dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, o termo foi cunhado por Anahí Guedes de Mello (2016), para quem o capacitismo,

alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais, etc. (Mello, 2016, p. 3272).

¹ Professora de Didática do Instituto Federal da Paraíba - IFPB Campus João Pessoa, maiza.medeiros@ifpb.edu.br
Lattes autor: <http://lattes.cnpq.br/7640093912926620>



Eu me tornei uma pessoa com deficiência aos dois anos de idade, em decorrência de um acidente de trânsito, no qual perdi a perna esquerda. Por ter adquirido a deficiência em tão tenra idade, toda a minha formação e o meu percurso na educação formal e na vida profissional transcorreram na condição de pessoa com deficiência. Nesta jornada, entretei vários desafios decorrentes do capacitismo. Apesar deles, consegui chegar à universidade e à pós-graduação, bem como obtive êxito em alguns concursos públicos, inclusive como professora universitária, minha ocupação atual.

Em muitos desses espaços, fui a primeira pessoa com deficiência a exercer determinados cargos. Minha presença nestes lugares costuma provocar surpresa e até insatisfação em algumas pessoas. E no espaço educacional não é diferente, cotidianamente observo o estranhamento por parte de alunos, de colegas docentes e de outros profissionais ao me verem neste lugar. E esta é a realidade da qual comungam a maior parte das pessoas com deficiência com quem troco experiências, levantando a hipótese que pretendo discutir no presente artigo, de que a ausência de pessoas com deficiência, ocupando espaços sociais minimamente relevantes, retroalimenta o ciclo do capacitismo.

Partindo dessa hipótese, temos como objetivo, o relato autobiográfico da minha experiência como docente e pessoa com deficiência, visando contribuir na discussão sobre a construção de uma cultura anticapacitista na escola, a partir da formação de professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

O capacitismo está vinculado a um ciclo que se desenvolve a partir da ideia de corponormatividade. Esta por sua vez é fruto de uma sociedade pautada em padrões que supõe a existência de um padrão corporal ideal e que, portanto, a fuga ou distanciamento desse padrão tornaria as pessoas inaptas ou incapazes para a vida em sociedade, retroalimentando assim o ciclo do preconceito. (Le Breton, 2017, p.45).

Sasaki (2014, p. 10) ensina que “o capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’”. É uma supervalorização das habilidades físicas e mentais típicas, ao passo em que desconsidera as pontencialidades e direitos das pessoas com deficiência, gerando impedimentos ao desenvolvimento desses indivíduos. (Sasaki, 2010, p.45).

Nas civilizações mais remotas, pessoas com deficiência eram perseguidas até a morte. (Marques, 2008). Na idade antiga, crianças com deficiência eram sacrificadas. (Silva, 1987; Marques, 2008; Costa, 2009). Na idade Média, pessoas com deficiência eram exploradas e



expostas como atrações de circos. Com o Cristianismo, foram vistas como possuídas ou endemoniadas, submetidas a castigos físicos e rituais de exorcismos, rejeitadas, abandonadas e mortas até pelas próprias famílias. (Costa, 2009). Na era moderna, foram utilizadas como cobaias e submetidas a tratamentos que visavam o conserto compulsório dos seus ‘defeitos’. (Sampaio e Sampaio, 2009, p, 35). Com o capitalismo, foram vistas como inúteis, tidas como um peso na sociedade.

De lá pra cá, sobretudo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948), e da luta de pessoas e movimento sociais no mundo inteiro, muita coisa vem mudando. No Brasil, podemos citar como principais marcos: a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), e, a mais recente Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015. O crescimento do processo de inclusão vem permitindo importantes avanços no acesso a direitos e políticas públicas. No sistema educacional, este processo tem repercutido no aumento significativo de estudantes com deficiência inseridos no sistema escolar.²

Apesar dos avanços, algumas estruturas capacitistas se mantêm sólidas na sociedade, perpetuando as barreiras e dificultando o exercício de direitos humanos e sociais pelas pessoas com deficiência. Se o capacitismo produz e mantém barreiras que impedem a participação das pessoas com deficiência, o anticapacitismo é a luta contra tudo isso. Não é demais lembrar que o preconceito é construído socialmente, como explica Marsiglia (2012, p. 111),

O preconceito resulta justamente da dificuldade de conviver com o outro, com sua ‘estranheza’, reagindo negativamente àquilo que desconhecemos e não aceitamos. Essa reação não é interna, ou seja, o indivíduo não tem um comportamento preconceituoso de maneira endógena. Os preconceitos são construídos na elaboração da identidade do indivíduo, que para afirmar-se, rejeita aquilo que pode ameaçá-lo.

A escola, enquanto instituição social, pode ser uma grande aliada na luta anticapacitista, Mas não basta só matricular os educandos com deficiência. Para, de fato, se tornar um espaço inclusivo, a escola precisa oportunizar tempos e espaços de discussão e de trocas enriquecedoras que envolvam toda a comunidade escolar. Desenvolver um processo educativo amplo, que

² De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, último ano de divulgação desses dados pelo IBGE, havia 1.087.617 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência, dos quais 82,5% (897.116) frequentavam escola ou creche.



ensine as pessoas sem deficiência a acolher efetivamente as pessoas com deficiência, onde questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigmas sejam debatidas e analisadas por todos.

Mas, educar crianças e jovens anticapacitistas requer saberes que a maioria de nós docentes não desenvolveu. Por este motivo, acreditamos no potencial da formação, inicial e continuada, numa perspectiva anticapacitista, para todos os profissionais da educação.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, optamos pelo relato autobiográfico. As pesquisas autobiográficas configuram-se como uma forma de pesquisa onde, o sujeito se desvela, para si, e se revela para os outros, como uma história autorreferente carregada de significado. (Abrahão, 2004).

O relato autobiográfico tem como fonte primária a memória, e, através da narrativa, reflito sobre os percalços da trajetória, evidenciando o capacitismo que me rodeia. Ao apanhar as memórias vou refletindo o passado e localizando indícios que construíram a minha identidade enquanto pessoa e enquanto profissional, contribuindo, assim, para suscitar a reflexão de outros educadores, numa perspectiva anticapacitista, conforme preceitua Nóvoa (1992). Esta opção metodológica é também uma opção política, visando ocupar um espaço de protagonismo enquanto pesquisadora e intelectual com deficiência, que somada a outros trabalhos, possam fortalecer a luta para quebrar o ciclo que perpetua o capacitismo.

O relato autobiográfico está dividido em 3 partes assim nomeadas: Pioneirismo - onde relato o início da minha história; Transgressão – na qual relato os desafios de ter sido a primeira pessoa com deficiência a ocupar certos espaços profissionais e sociais. E, Resistência – onde busco vislumbrar as possibilidades no que se refere à construção de uma cultura anticapacitista.

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

Quando iniciei minha vida profissional, tinha um princípio: de que eu não fosse excluída do mercado de trabalho, só pelo fato de ter uma deficiência; mas que o contrário também não ocorresse, ou seja, que eu não fosse incluída só pelo fato de possuir uma deficiência. Esta possibilidade que me gerava um certo pavor, pois, na minha visão, invalidaria todos os meus esforços em buscar de evoluir profissionalmente. Talvez, como reflexo do capacitismo que rodeava, eu sentisse a necessidade de mostrar ao mundo a minha capacidade, para além de um corpo com deficiência.



Como docente, confesso que, por muitos anos, rejeitei a ideia de compartilhar os meus conhecimentos e experiências sobre o tema, com o receio de ficar marcada como uma profissional limitada a um único tema, ou ainda que fosse usada em situações como ‘exemplo de superação’. Não que eu quisesse negar a deficiência, mas acreditava que o fato de falar sobre ela, fosse tirar a atenção dos conteúdos que eu estava ali para ensinar e que estes, os conteúdos, eram o mais importante que eu tinha a ‘transmitir’. Levou um tempo até eu entender e compreender que a minha presença é pedagógica e que minhas ações são políticas, na perspectiva da luta contra o capacitismo.

Quando percebi a importância dessa luta, comecei a pesquisar mais sobre o tema e sobre as vidas de outras pessoas como eu. Foi um longo processo de aprendizado e de empoderamento como mulher, como profissional e como pessoa, para me convencer de que finalmente estava na hora de refletir sobre toda essa experiência, escancarando a violência do capacitismo que me rodeia em todos os lugares.

- **Pioneirismo**

Pioneiro é a palavra usada para descrever alguém que é o primeiro a abrir caminho, um precursor. Quisera eu que pioneirismo em minha trajetória estivesse relacionado apenas a este sentido tão aventureiro e heróico. Na realidade, ter sido pioneira em algumas situações, só ampliou o desafio. Embora, olhando por outro prisma, possa reconhecer que esse pioneirismo tornou a jornada, num certo sentido, realmente épica.

Eu me tornei uma pessoa com deficiência aos dois anos de idade, num acidente de carro, no qual perdi minha perna esquerda. Em razão da pouca idade, não tenho muitas recordações de como era a vida antes e nem do próprio acidente. O pouco que sei sobre esse período me foi reportado pela minha mãe, de maneira informal. Ela conta que, de imediato, sobressaiu-se a luta pela vida, já que corria risco de morte. Passado o risco, a família foi comunicada da necessidade da amputação. Na volta para casa, algumas pessoas davam conselhos para os meus pais solicitarem a aposentadoria por invalidez, conselho este que minha mãe sempre rejeitou, pois acreditava que quando eu crescesse, eu iria conseguir trabalhar e me auto sustentar, embora ela confesse que não tivesse clareza de como isso iria acontecer.

No decorrer dos primeiros anos após o acidente, tive que reaprender a andar. De início, me rastejava para fazer pequenos trajetos e com o passar do tempo, passei a andar pulando. Na rua, participava de todas as brincadeiras com as outras crianças. Eventualmente, colegas



tentavam me ofender com xingamentos de ‘saci-pererê’³, o que me causava muita tristeza. Dessa fase, lembro que, entre as crianças com quem eu convivia, eu era a única com deficiência.

Aos 5 anos fui morar numa cidade maior. Nesta cidade, vi pela primeira vez outras pessoas com deficiência, todas elas em situação de mendicância e isso foi bem chocante para mim. Quando me perguntavam sobre o que eu queria ser quando crescer, respondia que iria ser ‘médica pediatra’, mas sempre que respondia isso, internamente me perguntava como isso iria acontecer. Tentava imaginar uma médica amputada trabalhando e a imaginação falhava, pois ao meu redor, não havia nenhuma referência de pessoas amputadas exercendo qualquer profissão que fosse.

Nessa época, meus pais conseguiram uma prótese para mim. Na visão deles, a prótese representava a única possibilidade de locomoção e também o ‘conserto’ do meu corpo, repondo a parte que lhe faltava. Mas eu não me adaptei à prótese, pois era pesada e me machucava, e isso foi uma frustração para eles. Em compensação, aprendi muito cedo a andar de bicicleta e esta se tornou praticamente o meu meio de locomoção durante a infância e a adolescência. Nunca usei muletas, elas nunca foram mencionadas como uma opção. Minha família as rejeitava, pois a viam como uma espécie de gambiarra ou a ‘rendição à deficiência’ e, desta forma, foram me impelindo a aceitar a ideia, até que por volta dos 10 anos de idade, eu acabei pedindo para voltar a usar uma prótese.

A partir daí comecei a usar a prótese diariamente e ela me machucava muito. O coto muito curto e o encaixe mal feito, eram a combinação perfeita para fazer calos e às vezes até cortar a virilha. Mas eu escutava todos os dias, inclusive de profissionais de saúde, que era uma questão de costume. Usei prótese por 25 anos e ela me machucou todos os dias, até o último, igualmente ao primeiro.

Dentro de casa continuava me locomovendo aos pulos e nas proximidades continuava a usar a bicicleta. Era bastante ativa, gostava de brincar de bola e de nadar. Mas na escola, desde a educação infantil e até à universidade, todos os professores de educação física me dispensavam no primeiro dia de aula, sem sequer me conhecer.

Aos 15 anos, minha família resolveu mudar do interior para a capital da Paraíba, João Pessoa, onde moro até hoje. Recordo que escutei uma conversa da minha família, na qual diziam que seria necessário mudar para a capital, pois estava chegando a época em que eu entraria na

³ Personagem do folclore, retrado no programa de televisão ‘O Sítio do Pica Pau Amarelo Seriado de televisão, baseado na obra de Monteiro Lobato e que fazia muito sucesso junto ao público infantil no final dos anos 70 e início dos anos 80.



Universidade e com a minha deficiência iria ser muito complicado morar sozinha numa cidade grande. Lembro de um misto de sentimentos, de gratidão de ter uma família, mas também um pouco de incerteza sobre como seria o meu futuro.

Na capital, terminei o ensino médio, entrei na universidade e comecei a trabalhar. Em todos esses os contextos, continuava a ser a única pessoa com deficiência. Usar a prótese me dava ‘passabilidade’⁴. Talvez por esse motivo, não recordo de ter sofrido preconceitos explícitos durante essa época. Apesar da marcha claudicante, muitas pessoas não percebiam que eu tinha uma amputação e quando descobriam, diziam que pensavam que eu tinha ‘apenas’ uma perna mais curta que a outra. Sobre isso, faço um paralelo ao conceito de ‘colorismo’⁵, visto que, aparentemente, quanto ‘menor’ for a deficiência, menor o preconceito.

Aos 35 anos, decidi parar definitivamente de usar prótese e passei a usar somente muletas. E foi nessa fase em que ocorreu uma profusão de situações de constrangimento e discriminação. Por outro lado, esse também foi um período em que consegui alcançar alguns objetivos pessoais e profissionais. E a junção desses dois fatores fez com que o capacitismo se apresentasse na minha vida de maneira mais evidente e feroz .

- **Transgressão**

Como já relatado, muitas vezes o que mais quis foi me sobressair por algum motivo que não fosse a minha deficiência, viver a minha vida sem que uma simples ida ao banheiro se tornasse um evento público. Mas como? Como viver num corpo com deficiência, sem fazer dela o centro de sua vida, mas ao mesmo tempo sem negá-la infantilmente?

Escrevo este relato em 2024, estou com 49 anos, sou professora universitária, concursada na rede federal, construí uma família, tive dois filhos, sou independente financeiramente, enfim, sou aquilo que muitos chamam de pessoa realizada, por ter alcançado muito dos meus objetivos pessoais e profissionais.

⁴ Capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que pode incluir identidade racial, etnia, casta, classe social, orientação sexual, gênero, religião, idade e/ou status de deficiência

⁵ Uma manifestação específica do racismo, que se baseia nas características físicas visíveis, especialmente a cor da pele, determinando que, quanto mais escuro for o seu tom de pele, mais atos preconceituosos uma pessoa poderá sofrer.



Aos 16 anos, comecei a trabalhar, aos 18 comecei a dirigir carro adaptado e aos 19 anos passei no primeiro concurso público. Em paralelo, fazia minha primeira graduação numa universidade. Nesta época, ainda usava a perna mecânica, o que como já foi mencionado, me dava uma certa ‘passabilidade’. Aos 21 anos tive meu primeiro filho e aos 25 tive o segundo. Durante as gestações fiquei impedida de usar a perna mecânica. Assim, de maneira temporária, comecei a usar muletas pela primeira vez na vida. Recordo dos olhares surpresos ou enviesados em todos os lugares, como se uma mulher com deficiência não pudesse engravidar.

Aos 27 anos, voltei à universidade para cursar Pedagogia. Na área da educação, me encontrei como pessoa e como profissional e ao me formar neste curso, muita coisa deslanchou na minha vida. Fiz pós-graduação e quase de imediato comecei a dar aulas em faculdades privadas, sempre em cursos de Pedagogia e outras licenciaturas, e também em cursos de pós-graduação e de formação continuada. Nos cursos mencionados, os estudos sobre a deficiência se resumem à disciplina de Educação Especial, cujos conteúdos focam no estudo da legislação sobre inclusão, alguns conhecimentos sobre os tipos de deficiência e alguns exemplos de materiais e metodologias de ensino voltadas aos estudantes público alvo da educação especial.

Só mais recentemente, comecei a provocar o diálogo com os ‘alunos-professores’ sobre o capacitismo, e aí alguns acabam reconhecendo-se como capacitistas e confessando que tiveram preconceito inclusive em relação a mim, julgando-me de maneira precipitada como incapaz e que ‘teria sido contratada apenas para preencher alguma cota’.

Em paralelo ao trabalho como docente, passei em alguns concursos para técnico de nível superior. Ao chegar no órgão escolhido, fui lotada numa sala que ficava no segundo andar do prédio e a única forma de acesso era pela escada. Passei dois anos nessa condição, até que transferiram o setor para uma sala no térreo e, quando isso aconteceu, uma colega de trabalho reclamou que ‘perdeu’ uma sala maravilhosa no segundo andar, ‘por causa de uma pessoa com deficiência’, com a qual ela ‘não tinha nada a ver’.

Ainda no mesmo órgão, requeri o direito ao horário especial, garantido pela Lei 8.112/1990. Na perícia, ouvi de uma das médicas que ela ‘não compreendia o porque da necessidade de redução da jornada’, visto que ela ‘estava assistindo às parolimpíadas na TV e vendo pessoas com deficiência saltando, correndo, nadando etc’. E quando informei no órgão que consegui a redução da jornada de trabalho, alguns colegas de trabalho reagiram dizendo que eu estava tendo um ‘privilégio’ e que eles ‘também gostariam de ter’.

Em paralelo ao trabalho nesse órgão, passei no concurso para professora da rede municipal de educação. Em todas as escolas em que trabalhei, enfrentei barreiras arquitetônicas. Numa delas, a única maneira de entrar era por uma rampa curta, íngreme e lisa. Diante do



obstáculo, intransponível para a minha condição, me ofereceram como ‘alternativa’ ser suspendida e levada nos braços de dois porteiros, o que obviamente não aceitei.

Certa vez ao tentar dialogar com um vizinho que colocava o som muito alto, fui violentamente ofendida com palavras de ataque à minha condição de mulher e de pessoa com deficiência: “rapariga”, “aleijada”, “raça ruim que Deus marcou para não perder de vista”, “não era pra morar aqui”, entre outras ofensas e palavras de baixo calão. Tive que abrir processo judicial por injúria qualificada, para que a prática não se repetisse.

Após alguns de trabalho, atingi os requisitos necessários para solicitar a aposentadoria por tempo de trabalho na condição de pessoa com deficiência, com base na Lei Complementar nº 142/2013. Para conseguir esse direito, enfrentei o desconhecimento total de todos os servidores responsáveis pela sua operacionalização. Enquanto aguardava a concessão da aposentadoria no cargo técnico, passei no concurso para docente da mesma instituição, sendo este o meu cargo atual. No campus em que leciono, enfrento barreiras arquitetônicas todos os dias até hoje. O prédio é antigo e passa por constantes obras de manutenção, ampliação ou reforma. Os caminhos são interditados ou invadidos por entulhos e materiais de construção. Os pisos são desnivelados ou escorregadios. Não tem elevadores para acesso aos pavimentos superiores.

Com a condição que possuo hoje, consigo frequentar espaços como restaurantes e bares onde a falta de acessibilidade arquitetônica é generalizada. Os espaços reservados, como banheiros e vagas de estacionamentos são desrespeitados com a condescendência dos funcionários, geralmente por receio de se indispor com os ‘clientes’. Quase nenhum evento é pensado para receber pessoas com deficiência. Os profissionais, em sua maioria, não estão preparados minimamente para atender uma pessoa com deficiência. Entre os clientes também é visível o desconforto nos olhares, e, quanto mais elitizado é o ambiente, mais há um clima hostil a tudo que é diverso do padrão. Enfim, tudo nesses espaços corrobora para deixar bem claro que aquele lugar não é para mim, mostrando que o capacitismo estrutura a nossa vida em sociedade e naturaliza a subtração das pessoas com deficiência do convívio comum.

- **Resistência**

Mas, de tudo que relatei o que mais me aflige é quando crianças reagem assustadas à minha imagem. Não sinto por mim, sinto por elas. As reações das crianças são reflexos da educação que (não) estão recebendo. São uma mensagem clara de que o modelo educacional que estamos fazendo precisa mudar urgentemente. Não é possível em pleno século XXI,



conceber uma escola que não trabalhe as diferenças corporais, que não aborde a deficiência como parte da condição humana. É preciso, proporcionar oportunidades de diálogo e convivência com pessoas com deficiência em condição de igual para igual. Não basta mostrar pessoas com deficiência só em campanhas de doações e ações de caridade em instituições segregadas.

É indiscutível o papel da formação de professores como condição essencial e premente para a promoção de uma educação anticapacitista. Partir do reconhecimento de que somos preconceituosos e que não simplesmente reproduzimos um comportamento social, mas também que, de maneira deliberada, nos afiliamos a ele, o alimentamos e o ‘ensinamos’ aos que vêm depois de nós.

Segundo Storey (2007), embora as escolas muitas vezes defendam o multiculturalismo e a aceitação das diferenças, a deficiência e o capacitismo são negligenciados nesta defesa. O mesmo autor relaciona algumas sugestões importantes para combater o capacitismo na escola (STOREY, 2007, p. 56-57):

- Consciência de Habilidade – que consiste em conscientizar em relação às habilidades, com vistas a realização de atividades nas quais alunos e professores sem deficiência participam de atividades simuladas sobre ter uma deficiência.
- Conteúdo da deficiência no currículo e nas atividades escolares - inserir conteúdos sobre deficiência nas atividades e currículo escolar, pois ainda há falta de reconhecimento da cultura da deficiência.
- Formação continuada - no que se refere ao treinamento, indicando que existe literatura sobre a deficiência aos professores que estão em formação. Isso tem um grande impacto nas atitudes do profissional. Esse treinamento em relação às aptidões, pode ser ministrado pelas pessoas com deficiência e dessa forma, conseguir citar exemplos pessoais;
- Literatura sobre a deficiência – utilização de livros que retratem questões positivas sobre as pessoas com deficiência, bem como material didático que tenham pessoas com deficiência e abordar transversalmente esse tema. Uma alternativa possível, também, é a realização de clube de leituras, utilizando, por exemplo, livros com histórias de pessoas com deficiência;
- Utilização da modelagem de papéis, usando modelos positivos, ou seja, estudantes precisam de outras pessoas com deficiência seja da comunidade escolar e/ou local para ser mentores, palestrantes e ativistas e se não for possível, que seja por meio de filmes, biografias, pessoas famosas para alunos com e sem deficiência; e
- Contratação de professores com deficiência na escola - pois é difícil acontecer, muitas vezes são contratados apenas para trabalhar com estudantes com deficiência ou ficam apenas no campo das ideias e possibilidades, mas não efetivam essa prática tão importante.

Como se pode observar, a maioria delas estão direcionadas a trazer a presença das pessoas com deficiência, seja de maneira indireta, por meio dos materiais didáticos (livros,



textos, filmes e atividades) ou de maneira direta, trazendo pessoas e profissionais com deficiência, ministrando oficinas ou sendo contratadas como professores. Destaco que as sugestões do autor só serão implementadas, adequadamente, por professores que tenham recebido uma formação inicial ou continuada na perspectiva anticapacitista. Na formação inicial, entendemos insuficiente que temas como inclusão e capacitismo fiquem restritos à uma disciplina, como geralmente vem sendo feito nos cursos de licenciaturas. É preciso que estas discussões transversalizem todo o currículo.

Por isso, vislumbro mudanças nas propostas de formação de professores para a educação básica, que incluam os conteúdos e aprofundem os conhecimentos produzidos no campo dos Estudos da Deficiência, além de práticas junto aos coletivos e movimentos protagonizados por pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Combater o capacitismo é um desafio que urge em nossa sociedade e poderá vir a ser o grande legado do nosso tempo, se estivermos, primeiramente, dispostos a promovê-lo. Porém, a simples disposição não é suficiente, assim como também não basta apenas receber os estudantes com deficiência nas escolas e universidades, quando estas instituições estão completamente formatadas pelas e para as pessoas sem deficiência.

Por meio do relato autobiográfico, busquei escancarar a realidade do capacitismo e falta de preparo da escola para promover uma educação anticapacitista. É preciso transformar radicalmente essas instituições e, como educadora, deposito as esperanças na educação como força crítica-transformadora, porque dissemina conhecimentos que geram transformações. Igualmente a mim, há milhares de outras pessoas com deficiência que passam pelas mesmas experiências e que estão dispostas a se colocar frente a frente com pessoas sem deficiência, atuando com compromisso político e ético, e fazendo a diferença na promoção de uma cultura anticapacitista.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO. M. H. B. (Org.). **Pesquisa (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.



COSTA, Viviane de Souza Pinho. **Representações sociais da cadeira de rodas na lesão da medula espinhal**. 2009. 133 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-14092009-163227/pt-br.php>>

LE BRETON, D. A sociologia do Corpo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2017
Guia para práticas anticapacitistas na Universidade. Disponível em: <https://educadiversidade.unesp.br/guia-para-praticas-anticapacitistas-na-universidade>

MARQUES, Alexandre Carriconde. **O perfil do estilo de vida de pessoas com Síndrome de Down e normas para avaliação da aptidão física**. 2008. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências do movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15289/000678898.pdf?sequence=1>>.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. O tema da diversidade na pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme (orgs.). *Pedagogia Histórico-Crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora*. Campinas: Autores associados, 2012

MELLO, Anahi. G. (2016). **Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antônio (Org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

SAMPAIO, CT & SAMPAIO, SMR. *Educação inclusiva: o professor mediando para a vida*. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. 8ª .ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010)

_____. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. *Revista Reação*, ano XVII, n. 96, jan./fev. 2014, p.10-12. Atualizado em 1º/maio/2020.

SILVA, O. M. A Epopéia. **Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

STORREY, Keith. **Combating Ableism in Schools**. *Preventing School Failure* · September 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254347205> Acesso em setembro 2024

